

Adilson Tadeu Basquerote  
(Organizador)



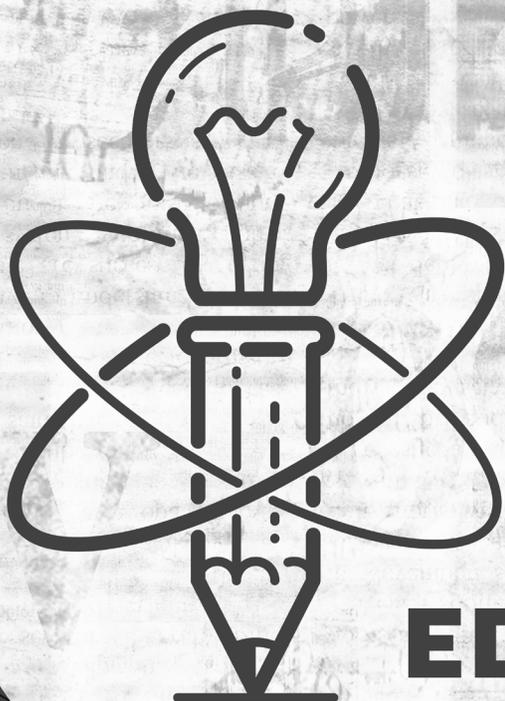
# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Políticas educacionais e  
o saber e o fazer educativos

**Atena**  
Editora  
Ano 2023

**2**

Adilson Tadeu Basquerote  
(Organizador)



# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Políticas educacionais e  
o saber e o fazer educativos

**Atena**  
Editora  
Ano 2023

**2**

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina  
 sProf<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 aProf<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## A educação enquanto fenômeno social: políticas educacionais e o saber e o fazer educativos 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Adilson Tadeu Basquerote

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: políticas educacionais e o saber e o fazer educativos 2 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF  Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  Modo de acesso: World Wide Web  Inclui bibliografia  ISBN 978-65-258-0999-1  DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.991231602">https://doi.org/10.22533/at.ed.991231602</a></p> <p>1. Educação. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O cenário social atual, permeado por aceleradas alterações econômicas, políticas, sociais e culturais exige novas formas de compressão das relações de entre os indivíduos e desses com o conhecimento. Assim, os processos educativos auxiliam no desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades mentais indispensáveis para o convívio social. Nesse contexto, a obra: **A educação enquanto fenômeno social: Políticas educacionais e o saber e o fazer educativos 2**, fruto de esforços de pesquisadores de distintas regiões brasileiras e estrangeiras, reúne pesquisas que se debruçam no entendimento das perspectivas educacionais contemporâneas.

Composta por dezessete capítulos, a livro apresenta estudos teóricos e empíricos, que versam sobre os processos pesquisa, ensino e de aprendizagem sob a perspectiva de seus atores e papéis. Com efeito, apresenta cenários que expõem experiências que dialogam com distintas áreas do conhecimento, sem contudo, perder o rigor científico e aprofundamento necessário.

Por fim, destacamos a importância da Editora Atena e dos autores na divulgação científica e no compartilhamento dos saberes cientificamente produzidos, à medida, que podem gerar novos estudos e reflexões sobre a temática. Ademais, esperamos contar com novas contribuições para a ampliação do debate sobre a educação enquanto um fenômeno social.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

**CAPÍTULO 1 ..... 1**

AS ESTRATÉGIAS INTERTEXTUAIS: PROPOSTA DE LEITURA NOS CONTOS “OS SAPATOS DANÇARINOS”, “OS SETE SAPATOS DA PRINCESA” E NO CORDEL “A DANÇA DAS 12 PRINCESAS”

Maria Clara de Freitas Pereira

Andréa de Moraes Costa Buhler

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316021>

**CAPÍTULO 2 ..... 14**

UNA CIUDAD ENTRE RÍOS Y EL USO DEL ESPACIO URBANO, GUANTÁNAMO - CUBA

Anaily Muñoz Padilla

Mariurka Maturell Ruiz

Esteban Guillermo Leyva Castellanos

Adilson Tadeu Basquerote

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316022>

**CAPÍTULO 3 ..... 30**

ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DE MEDICINA

Roberya Viana de Barros

Thayane Albuquerque Alves dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316023>

**CAPÍTULO 4 ..... 35**

A TECNOLOGIA COMO FACILITADORA DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Adriane Vidal Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316024>

**CAPÍTULO 5 ..... 45**

ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA SURDA POR MEIO DA LIGA DE LIBRAS DA UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Fernando Parahyba Diogo de Siqueira

Camila Albuquerque Colares

Letícia Silva Gurgel

Felipe Cavalcante Nunes

Iranise Ramalho Lima Martins

Terezinha Teixeira Joca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316025>

**CAPÍTULO 6 ..... 53**

CIDADANIA E MEIO AMBIENTE NA FORMAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA BAIANA

Isabelle Pedreira Déjardin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316026>

**CAPÍTULO 7 .....64****COMPREENSÕES DOS PROFESSORES DE LIBRAS: FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS**

Graciele Alice Carvalho Adriano

Ana Clarisse Alencar Barbosa

Mônica Maria Baruffi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316027>**CAPÍTULO 8 .....75****CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES ESCOLARES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO USO DO PRESERVATIVO COMO INSTRUMENTO DE PRÁTICAS SEXUAIS**

Luana Jeniffer Souza Duarte da Costa

Elvira de Santana Amorim da Silva Jordão

Maria Sandra Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316028>**CAPÍTULO 9 .....85****CONSCIENTIZA PET: UMA ABORDAGEM SOBRE ZONÓSES NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**

Camila Aparecida Martins

Allan de Carvalho Araújo

Ana Karolina Ferreira Araújo

Carla Cristina de Souza Pinto

Carlos Junior de Assis Estevão

Gabriele Lopes Knop

Giovana Martins da Silva

Gustavo Henrique Martins Moraes

Isabelly Gonçalves Messias

Jhenifer Caroline de Oliveira

Júlia Gabriela Andrade de Paula

Juliana Rodrigues Silva

Lucas da Silva Lopes

Luíza Silva de Farias

Michele Midori Koyama de Souza

Nayara Luiza Ribeiro

Sara Andrade Machado

Thatiana Ferraz Ferreira

Raphael de Souza Vasconcellos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9912316029>**CAPÍTULO 10..... 91****CONSTRUINDO COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL**

Olívia Cristina Vituli Chicolami

Rosana Helena Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99123160210>

**CAPÍTULO 11 ..... 103**

CONTRIBUIÇÕES DE AULAS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA, EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE MANAUS, AMAZONAS

Lucimara Aparecida Debrino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99123160211>

**CAPÍTULO 12.....114**

DESAFIOS E OPORTUNIDADES AO FINAL DO ENSINO FUNDAMENTAL E SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA

Luana de Mendonça Fernandes

Vanessa Barbosa Romera Leme

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99123160212>

**CAPÍTULO 13..... 135**

DIALOGANDO SOBRE OS SABERES MATEMÁTICOS PRESENTES EM ATIVIDADES DO CAMPO NA PERSPECTIVA DA ETNOMATEMÁTICA

José Roberto Sousa de Alencar Filho

Daiana Estrela Ferreira Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99123160213>

**CAPÍTULO 14..... 142**

DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E CULTURAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Vivian Simões

Germana Ponce de Leon Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99123160214>

**CAPÍTULO 15..... 146**

DISPUTAS DE NARRATIVAS E A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES INDÍGENAS: (DES)CONTRUÇÃO DA CATEGORIA ÍNDIO

Jaison Simas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99123160215>

**CAPÍTULO 16..... 164**

ESTATÍSTICA BÁSICA NOS CURRÍCULOS DE LICENCIATURA E AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE CRÍTICA DE PESQUISAS E INDICADORES

Jean Franco Mendes Calegari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99123160216>

**CAPÍTULO 17..... 176**

FORMAÇÃO DE COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM EM AGROFLORESTA PEDAGÓGICA

Nádia Luz de Souza Lima

Maria Zitamar Pedro

Mariana Campos Lima

Gabriel Gonçalves Severino

Denise Maria dos Santos Paulinelli Raposo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99123160217>

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 183**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 184**

# DISPUTAS DE NARRATIVAS E A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES INDÍGENAS: (DES) CONTRUÇÃO DA CATEGORIA ÍNDIO

*Data de aceite: 01/02/2023*

### Jaison Simas

Docente e Assistente Técnico Pedagógico. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Mestre em Ensino de História e Doutorando no Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

**RESUMO:** O presente estudo é um recorte da dissertação de mestrado, no qual utilizou-se os vídeos “Identidade Indígena” e “Quem são eles?” como ferramenta pedagógica com objetivo de pensar com os estudantes os conceitos de representação e identidade indígena. A projeção dos vídeos contribuiu para problematizar a (re)afirmação das múltiplas identidades indígenas a partir da década de 1970, acompanhada pela organização dos movimentos indígenas que corroboraram para pensar na categoria de identidade como construção histórica, sendo compreendida como movimento fluído na pós-modernidade. Um dos audiovisuais é de autoria indígena e contribuiu para refletir formas de identificação e combate a formas de representações estereotipadas do que é ser indígena, ressignificando o ser “índio” na atualidade, imprimindo um sentido político de luta pela terra, pelo direito à vida

e reconhecimento a diversidade étnico-cultural, manifestada nas diferentes formas de ser e viver dos povos originários.

### INTRODUÇÃO

O ensino de história indígena consagrado na literatura escolar tem mostrado um indígena engessado no tempo, descrito pela ótica do colonizador como um ser ‘selvagem’, ‘primitivo’, ‘atrasado’ e ‘bárbaro’. Esses e tantos outros adjetivos nomearam e desqualificaram os povos nativos a partir do momento do contato com os colonizadores europeus em diferentes momentos e contextos da história do Brasil. O colonizador criou a categoria “índio” para se referir ao Outro, aquele que não compartilha dos valores culturais europeus, ou seja, o sujeito diferente é um ser sem luz, aquele que vive nas trevas. Assim, compreender as “sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer o ‘Outro’, o diferente”, mas implica em conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em

que vivemos” (FREIRE, 2000, p. 2).

Ao longo de mais de quinhentos anos nessa história de contato, os colonizadores viram os povos indígenas como um entrave ao processo de colonização e progresso do país. Utilizou-se de estratégias e artifícios para garantir o domínio sobre as regiões conquistadas, desde a catequização dos indígenas, com a formação dos aldeamentos até o genocídio, considerando que as formas de resistência eram consideradas atos de barbárie contra a fé, a civilização e o progresso. Acreditaram que chegaria um momento que estes já não seriam mais motivo de preocupação, pois teriam se integrado a nação, seja através do processo de ‘aculturação’, vivendo junto aos brancos, ou por meio da ‘miscigenação’, no qual os indígenas teriam dado origem a outros grupos sociais, como mameluco ou cafuzo, ou seja, se desintegrariam em meio a esse caldo cultural.

Esse posicionamento estabeleceu uma posição de pensamento em que se acreditava no desaparecimento desses sujeitos, pensamento que terá sua herança até a recente década de 1980. Segundo Monteiro (2001), essa abordagem reverberava também uma concepção cristalizada acerca dos sujeitos indígenas, ignorando o contato dessas populações com os não indígenas e as transformações advindas desse processo em suas formas de ser e ver o mundo.

A esfera da sociabilidade nativa é aquela que está totalmente externa à esfera colonial, em parte porque o recurso da “projeção etnográfica” frequentemente isola a sociedade indígena no tempo e no espaço, mas também porque nas percepções marcadas pela perspectiva de aculturação, os índios assimilados ou integrados à sociedade que os envolve seriam, de alguma maneira, “menos” índios (MONTEIRO, 2001, p. 4-5).

Como aponta o autor, há então o isolamento dos sujeitos indígenas no tempo e espaço, relegando-os uma identidade presa ao século XV, sendo o conceito de aculturação utilizado para deslegitimar os indígenas na história do contato, ressignificado ou se apropriado de elementos não indígenas, negando assim a possibilidade de mudanças, de processos históricos inerentes a todas as culturas que, ao passar do tempo estabelecem inter-relações socioculturais, alterando suas percepções de mundo. Freire (2000) cita o escritor mexicano Octávio Paz para falar das diferenças culturais entre os diferentes povos indígenas ao citar a expressão “as civilizações não são fortalezas, mas encruzilhadas” (FREIRE, 2000, p. 13).

Entretanto, como já vimos anteriormente a partir da década de 1970 essa situação começou a mudar e os povos indígenas que estavam fadados ao desaparecimento segundo a Antropologia e a História passaram a reivindicar sua participação na história do Brasil e se verem como um grupo diverso, considerando a diversidade étnico-cultural e linguística dos povos indígenas. O movimento indígena, a criação de legislação internacional e nacional veio ao encontro desse movimento de reafirmação cultural e forçou ao Estado a criar políticas públicas de reparação, de modo a favorecer o protagonismo dos povos indígenas

na sociedade brasileira, agora (re)conhecendo a diversidade.

Algumas informações cristalizadas sobre as populações indígenas e compartilhadas pela maioria dos brasileiros passaram a ser questionadas, procurando desconstruir as ideias de “índio genérico”, de culturas atrasadas, pensamento que o contato dos indígenas com os não indígenas os tornariam menos indígenas, como se a cultura fosse um elemento fixo e as discussões sobre a participação dos povos indígenas na história brasileira, não apenas no passado, mas também na contemporaneidade e na formação do povo brasileiro.

O censo de 2010 começou a apresentar os resultados desse movimento de reafirmação identitária, seja no crescimento populacional, como na diversidade de povos e culturas nativas, representada em sua variação linguística. Segundo os dados do Censo (2010)<sup>1</sup>, população indígena no Brasil era de 896,9 habitantes. A pesquisa realizada constatou que esse número representa a grande diversidade de grupos indígenas existentes no país, confrontando a ideia de que os indígenas seriam exterminados ou integrados ao povo brasileiro ao longo do tempo. O que se pode verificar com os dados apresentados é que houve um crescimento considerável da população indígena após a organização do movimento indígena, a inserção da temática na Constituição Federal e a adesão do Brasil como país signatário na Convenção 169 da OIT<sup>2</sup>.

A diversidade étnico-cultural indígena é evidenciada na identificação das 305 etnias distribuídas em todas as regiões do país pelo Censo (2010), acompanhada pela diversidade linguística, em que foram contabilizadas 274 línguas entre os povos indígenas. “Os índios estão encravados no passado, mas integram o Brasil moderno, de hoje, e não é possível a gente imaginar o Brasil no futuro sem a riqueza das culturas indígenas” (FREIRE, 2000, p. 16).

Esses dados nos revelam algumas questões importantes que devem fazer parte do cotidiano das escolas. Não é possível mais tratar a questão indígena como secundária no ensino da Educação Básica, pois a construção de uma nação mais justa e igualitária passa pelo direito ao reconhecimento da diversidade étnico-cultural. Diante do atual quadro, as discussões e reflexões acerca da Lei 11.645/2008 têm trazido contribuições para o aprofundamento do conhecimento sobre as populações indígenas e não é mais possível contar essa história a partir da lógica do colonizador.

---

1 Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

2 Outro fator preponderante na contagem e identificação dos povos indígenas foi o Censo (2010) com a mudança na coleta de dados, que contribuiu para ampliar o conhecimento sobre a diversidade étnica brasileira. Esse foi o primeiro censo onde foi introduzido um conjunto de perguntas específicas para as pessoas que se declararam indígenas, como o povo ou etnia a que pertenciam, como também, as línguas indígenas faladas. Além disso, incorporou-se um novo recorte geográfico, que foi a localização do domicílio indígena – dentro ou fora de Terras Indígenas já reconhecidas pelo governo federal. As pessoas que vivem dentro das Terras Indígenas (TI) e que não se declararam como indígena no quesito cor ou raça foram questionadas se elas se consideravam indígena de acordo com seus costumes, tradições, cultura, antepassados. Essa nova metodologia alterou o resultado da pesquisa e, portanto, os dados mais recentes não podem ser comparados em relação aos censos anteriores.

## METODOLOGIA

O objetivo central deste artigo consiste em problematizar o pensamento histórico (representações) dos estudantes sobre a constituição das múltiplas identidades indígenas brasileiras, considerando a diversidade étnico-cultural indígena em nosso país.

Por meio de um estudo de caso, analisou-se um grupo formado por 23 estudantes, na faixa etária entre 14 e 18 anos, matriculados em uma turma de 9º Ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública estadual, localizada no município de São João Batista/SC.

A região do Vale do Rio Tijucas onde a pesquisa foi desenvolvida viu a temática indígena ser revisitada na atualidade, sendo que o passado traumático da região em relação ao processo de colonização é pouco conhecido, entretanto a temática tem ganhado evidência com a presença de duas aldeias indígenas na região, uma na cidade de Canelinha/SC e outra na cidade de Major Gercino/SC. Assim, dois dos vinte e três estudantes que participaram dessa pesquisa se auto identificaram como indígena, tendo ligação com as pessoas das aldeias dos municípios vizinhos.

O estudo problematizou as ideias históricas dos estudantes sobre a formação e trajetória do movimento indígena a partir da década de 1970, estabelecendo a importância dessa articulação nas conquistas dos direitos dos povos indígenas, incluídos na Constituição Federal de 1988.

Também foi analisado as representações dos estudantes sobre o crescimento da população indígena brasileira a partir das últimas décadas do século passado, destacando-se o papel do movimento indígena na reafirmação da(s) identidade(s) indígena(s), no qual a visibilidade e a diversidade foram aos poucos ganhando notoriedade.

A coleta e problematização dessas representações ocorreram por meio das narrativas escritas (texto discursivo) de forma individual por cada estudante da turma, após a problematização das temáticas, no qual utilizou-se os vídeos “Identidade Indígena<sup>3</sup>” e “Quem são eles?<sup>4</sup>” como ferramenta pedagógica com intuito de pensar os conceitos de representação e identidade indígena.

Importa destacar que considero esse estudo como um “estudo de caso”, justamente porque a pesquisa se deu num determinado contexto social e com sujeitos também específicos. Penso que as análises que me propus a fazer podem ter resultados muito diferentes se, a mesma proposição didática for desenvolvida em outra escola, com outros sujeitos. A riqueza de uma pesquisa no contexto escolar reside justamente nas possibilidades de pensamento e ação que elas suscitam e não que encerram.

---

3 O vídeo “Identidade Indígena” faz parte da série Indígenas no Brasil. Disponível em: Se Liga Nessa História. <https://www.youtube.com/watch?v=zV6aQ7QLQNU> Acesso em: 15. set. 2017.

4 O vídeo “Quem são eles” faz parte da Série Índios do Brasil. Disponível em: Série Índios do Brasil - Episódio Quem são eles? <https://www.youtube.com/watch?v=SAM7lazyQc4> Acesso em: 15.set.2017.

## MOVIMENTO INDÍGENA: UNIR PARA CONQUISTAR

A partir da leitura da obra “O caráter educativo do movimento indígena (1970-1990)”, de autoria do pesquisador e escritor indígena Daniel Munduruku (2012) apresentei para os estudantes algumas informações sobre a importância do movimento indígena na luta pelo reconhecimento a diversidade étnico-cultural, a inclusão dos direitos dos povos originários na Constituição e as pautas reivindicatórias que veio se articulando a partir da década de 1970 no Brasil.

Ao evidenciar esse marco importante, considerado um divisor de águas na questão das políticas indigenistas, faz-se necessário reconhecer que o movimento indígena uniu-se em torno de uma política de reconhecimento à diversidade étnico-cultural indígena, o que possibilitou a redefinição de um processo histórico de (re)conhecimento da(s) múltipla(s) identidade(s) indígenas, ressignificando neste contexto de organização dos movimentos indígenas a expressão “índio”, que passou a ser compreendida como categoria política, reconhecendo as diferenças culturais, mas também tomando consciência da necessidade da articulação e união para alcançar direitos comuns a todos os povos indígenas.

A partir da problematizado sobre o movimento indígena os estudantes foram instigados a escreverem um texto evidenciando o papel do movimento indígena e das organizações indigenistas nas décadas de 1970/1980 na garantia dos direitos indígenas implementados na Constituição Federal de 1988.

A partir das narrativas trazidas pelos estudantes foi construído um quadro, destacando as principais ideias históricas (representações) dos mesmos sobre o movimento indígena, no qual articularam o processo de continuidade e importância desta ação política, na garantia dos direitos constitucionais aos povos originários.

Ideias Históricas (Representações)	Nº de Alunos
Protagonismo indígena	17
Configuração das identidades indígenas	08
Evidência de preconceito/violência	09
Consolidação dos direitos indígenas CF/1988	13
Movimento indígena na atualidade - conflitos x interesses	16

Quadro 1. Movimento Indígena: direito e reconhecimento

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo Munduruku (2012), o movimento indígena ganhou destaque a nível nacional e o papel das lideranças indígenas teve um papel decisivo no encaminhamento das discussões e organização do movimento por todo o país, evidenciando o protagonismo dos povos indígenas nesse processo. A maioria dos estudantes percebeu a importância da articulação dos líderes indígenas na constituição do movimento indígena, na qual destacam

o protagonismo indígena na luta e conquista dos direitos indígenas.

Os estudantes ressaltaram a importância da união diante às diferenças culturais indígenas, pontuando que “cada povo deixou as diferenças de lado em busca de objetivos em comum” (Estudante 4). Outro apresentou um dado temporal para destacar o início desse movimento e corroborou com o argumento do estudante anterior, evidenciando que “em 1970 surgiu o movimento indígena para defender os direitos indígenas, foi à união de todos os povos indígenas que garantiu algumas conquistas importantes a partir desse período” (Estudante 21).

A estudante indígena reconheceu no movimento uma alternativa possível de articulação para a conquista dos direitos dos indígenas, reconhecendo-se como indígena e destacando a conquista de representação profissional dos povos indígenas, como um instrumento necessário, sendo estes anunciadores da defesa dos direitos indígenas nos espaços sociais que ocupam. Entretanto, a mesma utiliza a expressão “índios” sem argumentar, neste contexto prefiro defender que a mesma tomou uma posição política, argumentando que os “índios” se referem à união de todos os povos em defesa de uma causa comum.

Para mim os índios têm que correr atrás do que é direito nosso, por isso que tem uns sendo deputado, médico, professor, etc. Muita gente acha que só porque somos indígenas nós não temos direitos. Eles pensam que nós temos que morar em uma oca, dentro do mato, ser selvagens e andar sem roupas. Certo, que em algumas tribos e aldeias eles fazem isso, mas não é em todas, que acontece. Muitas pessoas têm preconceito com os indígenas, exemplo na escola, muita gente não gosta de se juntar a nós, na questão do emprego muitos não dão trabalho, porque falam que nós temos bolsa de estudo, bolsa comida, mas isso é mentira, nós não ganhamos isso. (Estudante 3).

Outro estudante indígena argumentou a necessidade de articulação entre os povos indígenas na luta pelos seus direitos utilizando a expressão povos indígenas, reconhecendo a diversidade dos indígenas. Assim ele transcorreu “Os povos indígenas têm que manter a sua cultura de indígena. Eles têm o direito de lutar pelo direito do seu povo que está garantido na Constituição Federal” (Estudante 2).

Um dos argumentos utilizados mostrou a importância da articulação dos líderes de diferentes povos indígenas para dar consistência ao movimento indígena, reconhecendo a composição, a trajetória e as estratégias utilizadas pelo movimento indígena como fator preponderante na conquista dos direitos indígenas inseridos na Constituição Federal de 1988.

Muitos povos não se davam bem, pois havia muitas diferenças entre eles. Com o tempo alguns líderes pensaram que o melhor seria todos os povos indígenas se unirem, porque juntos conseguiriam os seus direitos. Com o movimento indígena eles conseguiram artigos na constituição brasileira, garantindo assim alguns direitos (Estudante 20).

Nas narrativas acerca do movimento indígena os estudantes pontuaram em sua

escrita a diversidade dos povos indígenas, destacando que há marcadores culturais que os diferem um dos outros. Ainda argumentaram que além de existir várias formas de ser indígena, esse processo está em constante processo de modificações, considerando o contato dos povos indígenas não só entre si, mas com os grupos não indígenas que estão no entorno das aldeias ou também pela inserção dos indígenas nas cidades.

Nesse sentido, podemos movimentar o conceito de identidade, reconhecendo as diversas formas de ser indígena, considerando o papel da subjetividade nesse processo e importância do reconhecimento por parte do sujeito imerso nesse intercruzamento de culturas, configurando o que conhecemos por culturas híbridas (CANCLINI, 2008). Esse conceito não foi tão evidenciado quanto ao protagonismo indígena nas narrativas, mas é interessante transcorrer sobre essas evidências, considerando que o estudo da temática indígena exige problematizar a diversidade e a constituição da(s) múltipla(s) identidade(s) nesse processo de reconhecimento, do modo de ser e estar imerso nas histórias e culturas indígenas, devendo ser compreendido pelos indígenas e não indígenas que se colocam numa postura de definir quem é o Outro.

Uma das narrativas trouxe a seguinte indagação: “Muitas vezes quando perguntam como você vê um indígena? Provavelmente vamos imaginar pessoas com poucas vestimentas, cocares e o rosto pintado, mas os indígenas são muito mais que tudo isso” (Estudante 7). Outro argumento ajuda a pensar o questionamento feito na fala do estudante anterior, no qual a narrativa em forma de versos trouxe suas contribuições para pensar sobre o que é ser indígena, refletindo que esse processo se alterou historicamente e que o protagonismo indígena tem garantindo espaços de inserção dos indígenas na sociedade, ultrapassando os limites e as barreiras impostas, seja ela do preconceito ou da violência física para mostrar que as diferenças entre os povos indígenas existem, mas que a luta por direitos é um fator de unidade dessas diferenças em prol de uma causa comum.

Ser indígena é muito mais que um rosto pintado

Muito mais que um cocar na cabeça

Ser índio é enfrentar as lutas

É ser forte e exigir seus direitos

Defender sua geração

Ser índio é ser como a gente

Sem deixar de ser quem ele é

Há pessoas más tirando a vida

Virando as costas para as diferenças

A hora chegou

Façamos escolhas

E eu digo:

#Menos preconceito, mais índio. (Estudante 11).

Nessa problematização poética do que é ou poderia ser o indígena a questão das transformações culturais é evidenciada, entretanto, é possível pensar nessa lógica, aonde a identidade vai além de padrões definidos, passando a se sustentar em uma postura política de identificação, comungando de interesses que rompem os padrões culturais engessados, refletindo sobre os caminhos trilhados e os que estão em construção nas tramas do cotidiano.

Nesse sentido, outras narrativas pontuam a necessidade de olhar as transformações históricas presentes na constituição das múltiplas formas de identidade indígena, fugindo das camisas de forças que tendem a impor uma suposta identidade unívoca pressa a tempos pretéritos. Refletindo essa uniformidade o estudante anuncia que “os indígenas mudaram em relação aos seus antepassados, mas qual o problema? Se os brancos mudaram, porque os indígenas não podem mudar?” (Estudante 20). Seguindo essa linha de pensamento:

Os povos mudaram, evoluíram, não são mais iguais a 1500, usando penas e pintura no rosto. Eles continuam índios da mesma forma, alguns mudaram e se vestem como nós, usam internet, não vivem mais só de caça, mas nem por isso deixam de ser índio. Se podemos evoluir, por que eles não podem? (Estudante 17).

Sintetizando as discussões acerca da(s) identidade(s) indígena(s) problematizadas até aqui, considero pertinente o trecho da narrativa do estudante a seguir, que considerou que o tempo não elimina ou descaracteriza a(s) identidade(s), mas que conhecer a historicidade desse processo pode ajudar a compreender o que somos no presente e/ou que poderemos vir a ser no futuro.

Os indígenas podem ser iguais a nós, sem deixar de ser quem eles são. Podem ocupar um cargo importante, se vestir igual a nós, ter casa, carro, sem deixar de lado as culturas, seu povo. Muitas pessoas veem os povos indígenas como um só, caracterizado por alguns traços, como a nudez, uso de colares e pinturas corporais. Hoje a realidade é bem diferente (Estudante 22).

Na constituição da(s) identidade(s) as marcas das violências físicas e simbólicas são evidenciadas e tendem a crescer na medida em que a descoberta e a identificação com a causa mobilizam os sujeitos a lutarem pelo reconhecimento que podem garantir direitos e inclusão social. Nesta perspectiva, as narrativas sobre o movimento indígena trazem em determinadas circunstâncias esses embates, que tendem a negar o direito a(s) identidade(s) indígena(s), principalmente quando essa identidade garante direitos civis e sociais aos povos originários.

A primeira forma de violência é o não reconhecimento à diversidade, silenciada na expressão “índio”, em que o estudante diz, “os indígenas não gostam de serem chamados de índios, pois quem deu esse apelido a eles foram os europeus que vieram para explorar a América” (Estudante 13), destacando assim a usurpação dos territórios

indígenas e, conseqüentemente, a suposta imposição dos valores culturais europeus nas culturas indígenas que tiveram que aceitar, negar, negociar, criando formas diversas de resistências, possíveis naquele momento.

Ao reconhecer a diversidade indígena e o direito às terras que ocupam, a CF/1988 consolidou os principais pontos de luta do movimento indígena, abrindo espaço para novas articulações políticas dentro e fora do movimento, apontando um campo de disputas no reconhecimento da(s) identidade(s) indígena(s) e paralelamente habilitando os povos originários a lutarem pela terra, considerada sagrada para eles e que daria sustentação e a continuidade da vida em comunidade.

Quanto ao direito a terra já anunciado temos o argumento abaixo, expresso na narrativa como direito contestado, que embora anuncie a importância da terra para as comunidades indígenas também pontua as dificuldades enfrentadas por indígenas que vivem no espaço urbano.

O direito a terra garantido aos povos indígenas não tem sido respeitado, o que deixam eles muito bravos e tristes. Eles continuam lutando para terem seus direitos respeitados, como qualquer outra pessoa. Os indígenas não querem mais ficar numa rotina cansativa, alguns querem fazer parte da cidade grande, querem trabalhar, ser político para também ajudar o Brasil, lutando pelos direitos dos povos indígenas que enfrentam muitas dificuldades no dia a dia (Estudante 16).

A falta de reconhecimento e garantia dos direitos indígenas é tratada como uma forma de violência, sendo que um estudante questiona o fato de ter apenas um dia para tratar das questões relacionadas aos povos indígenas. “Os indígenas devem ser respeitados, assim como nós eles têm seus direitos e ninguém deveria tirar o que eles têm. Por que o indígena só é lembrado no dia 19 de abril? Os indígenas deveriam ser respeitados, ter seus direitos reconhecidos” (Estudante 9). No atual contexto, algumas propostas educativas vêm ao encontro de trabalhar a temática indígena na perspectiva da diversidade, entretanto, na contramão desse movimento, alguns optaram, por falta de conhecimento ou por posturas políticas consolidadas em não fazer referência aos povos indígenas e a constituição da(s) múltipla(s) identidade(s), escolhendo até mesmo esquecer o tradicional “Dia do Índio”. O protagonismo indígena tem causado certos estranhamentos, e os embates em torno de qual indígena a ser lembrado, as escolhas ainda persistem nos estereótipos, na folclorização e na romantização do indígena, há certo receio em abandonar essa perspectiva e avançar no protagonismo das ações dos povos indígenas na contemporaneidade.

Os povos indígenas sofrem várias formas de preconceito/violência e ainda tem que conviver com a negação da positividade da diversidade e da racialização dos grupos humanos imposta pela teoria da racialização, hierarquizando a partir de critérios, como a cor da pele ou aspectos físicos. “Os povos indígenas são meio excluídos da sociedade. Às vezes, porque são ‘negros’, ou porque têm culturas diferentes” (Estudante 22).

Outro argumento considera que é necessário romper a ideia maniqueísta na história

indígena, desvinculado a ideia dual do bem/mal, acrescentando que,

Tem gente que é contra os povos indígenas, falam que eles são bravos e ruins. Mas como nós, eles têm erros e acertos e isso não nos dá o direito de negar os seus direitos. Às vezes, eles invadem terras para protestar e conseguir algo, mas tem aldeias que vivem só da caça, usam roupas e praticam esportes (Estudante 6).

O reconhecimento dos direitos indígenas e a referência destes na CF/1988 foi um argumento recorrente nas narrativas sobre o movimento indígena, sendo destacados pelos estudantes como o ápice das lutas e conquistas pelos direitos indígenas encapados pelo movimento indígena nas décadas de 1970/80. Esse aspecto aparece na afirmação de que “Esses indígenas antigamente ficavam cada um na sua tribo, os grupos não se comunicavam entre si, até terem a ideia de unir os povos, conquistando assim os direitos para os indígenas na CF/1988” (Estudante 4).

A luta e a conquista de direitos históricos, reconhecidos na constituição são frequentemente alvo de questionamentos e violação, os quais tendem a ser invisibilizados e/ou distorcidos pela mídia, que na maioria das vezes representam os interesses do agronegócio. Observando essa contradição entre a lei e a prática uma das narrativas trouxe o seguinte argumento: “A constituição brasileira garante os direitos e deveres aos cidadãos brasileiros. Entretanto, o direito a terra, garantido aos povos indígenas, não tem sido respeitado, deixando-os bravos e tristes” (Estudante 16).

Outros argumentos dessa natureza também foram observados. “A demarcação das terras que deveriam acontecer conforme está na constituição, não foi cumprida” (Estudante 13). Verificando essa contradição entre a garantia e a negação do direito conquistado através de muita luta a experiência e o aprendizado do movimento indígena ensina que “às vezes, muitas leis presentes na constituição, não garantem benefícios às pessoas. E para mudar essa realidade é preciso lutar, correr atrás” (Estudante 15).

A análise da conquista dos direitos pelos indígenas na CF/1988 é percebida pelos estudantes como um processo lento, fruto de anos de lutas e que trazem questionamentos sobre a garantia destes e a necessidade da vigilância na garantia dos direitos conquistados, bem como a articulação frente a novas pautas reivindicatórias.

Há anos os povos indígenas vêm lutando pelos seus direitos, que está na constituição, mas eles não estão conseguindo manter os seus direitos. As pessoas querem tirar sua terra, para fazer plantações e extrair minérios e árvores e eles estão tentando garantir o seu direito que está na CF/1988, mas eles não estão conseguindo garantir o cumprimento das leis. Suas leis, assim como eles, estão escondidas da sociedade, eles querem a garantia das leis, por isso a luta nunca termina (Estudante 19).

Muitas das narrativas trouxeram para o debate a luta dos povos indígenas pela garantia a terra, bem de uso coletivo que representa para a comunidade indígena a continuidade de costumes e tradições presentes na memória dos povos que (re)criam laços

de identidades, ressignificados em sua prática cotidiana, frente ao contato com o mundo globalizado em que vivemos.

Nesse sentido, apareceu de forma relevante e contundente a questão sobre a PEC 215 que trata da questão da demarcação das terras indígenas, que veio alterar o dispositivo constitucional que definia como sendo da competência do presidente da República a homologação das terras indígenas após estudos realizados por antropólogos, historiadores e outros profissionais, organizados pela FUNAI. A proposta de emenda constitucional prevê que esse poder passasse para o Congresso Nacional, no qual os congressistas devem homologar ou vetar os estudos de demarcação das terras indígenas, atendendo aos interesses da bancada ruralista.

Os povos indígenas e também não indígenas estão cada vez mais procurando saber sobre os seus direitos, garantidos pela constituição. Essas pessoas estão em um movimento contra a PEC 215, que garante que o Congresso Nacional defina por último, se as terras indígenas são deles, o problema é que grande parte dos ruralistas que estão lá não aceitam deixar a terra para eles (Estudante 4).

Diante da situação exposta que coloca em risco a garantia dos direitos dos povos indígenas a terra os estudantes apresentaram em suas narrativas argumentos se colocando contra essa mudança e ressaltando que o movimento indígena precisa estar vigilante e em constante luta, evitando prejuízos atuais e futuros aos povos indígenas.

A luta para garantir os direitos na constituição foi muito grande e a união dos povos indígenas garantiu alguns direitos a eles. Agora, depois de 30 anos ainda vemos que os direitos indígenas não são respeitados e que a luta continua. A principal luta é pela terra, e atualmente os povos indígenas lutam contra a aprovação da PEC 215, que dificulta a regulamentação das terras indígenas, que são alvo dos ruralistas (Estudante 9).

Nesse processo de articulação e luta, o protagonismo indígena é evidenciado, sendo que algumas das narrativas questionam o papel da FUNAI como representante dos povos indígenas e destacam a união dos diferentes grupos étnico-culturais indígenas em favor da garantia e da ampliação dos seus direitos.

Existem vários povos indígenas, como os Ticuna, Pataxó, Xavante e muitos outros. Cada povo tem sua cultura, sua religião, sua forma de se vestir, etc. Esses povos se uniram para lutar pelos seus direitos, e lutam pelo cumprimento da constituição, resistindo à aprovação da PEC 215, onde ruralistas querem impedir a garantia do direito a terra aos povos indígenas. A FUNAI é responsável em garantir os direitos indígenas, mas eles fizeram o movimento indígena, onde querem ter voz na sociedade, querem lutar pelos seus direitos, eles estão unidos nessa, vários povos juntos fazem a diferença (Estudante 17).

A criação da FUNAI como órgão de representação política, criada durante a ditadura militar no Brasil para “cuidar dos indígenas”, sendo estes tutelados pelo Estado passou a ser questionada com a articulação do movimento indígena, que garantiu a autonomia dos

povos indígenas na CF/1988.

Os índios como nós também precisam ter seus direitos. Eles estão batalhando há muito tempo para conquistar e garantir os direitos. A FUNAI ajuda os índios a garantir alguns direitos, mas eles reclamam, pois, a maioria dos funcionários não são índios e acabam não os representando (Estudante 18).

O estudo do movimento indígena possibilitou aos estudantes perceberem a importância deste na luta por (re)conhecimento e valorização da diversidade étnico-cultural indígena brasileira. A aceitação da diferença aos povos originários garantiu alguns direitos importantes na Constituição de 1988, corroborando para a organização de estratégias de luta pela reafirmação da(s) identidade(s) indígena(s).

## **REFLETINDO A (RE)CONSTRUÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) INDÍGENA(S)**

O reconhecimento à diversidade étnico-cultural presente na Constituição Federal de 1988 e da Convenção nº 169 da OIT de 1989 contribuíram para (re)pensar o papel dos indígenas na constituição da sociedade brasileira. Rompendo ideia do desaparecimento dos povos indígenas, bastante difundida no cenário nacional até a década de 1970, os povos indígenas contrariaram todos os prognósticos e articularam-se resistindo ao completo genocídio e etnocídio, buscando apoio político e social as causas indigenistas.

Em relação às formas de violência físicas e simbólicas contra os povos indígenas Pimentel (2012) destaca que o desejo dos colonizadores e do Estado em exterminar os povos indígenas resistentes ao processo em várias frentes de colonização e atualmente a resistência pela demarcação ou a tentativa de evitar as perdas do seu território, tem gerado a perda de várias vidas, caracterizando um genocídio. Em contrapartida, o extermínio em determinados contextos e a política indigenista procurou integrar os povos indígenas a nação brasileira, convertendo-os em mestiços, descaracterizando sua identidade cultural, não apenas pelas trocas e imposições culturais, mas pelo fato de tentar apagar o seu passado, negando sua ligação com sua ancestralidade, configurando neste sentido uma prática de etnocídio. Segundo Clastres (2004) “o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito” (CLASTRES, 2004 apud PIMENTEL, 2012, p. 26).

Trinta anos após a promulgação da Constituição de 1988, os povos indígenas não tiveram seus direitos totalmente garantidos, mas continuam resistindo e combatendo as formas de violências físicas e simbólicas, garantindo o direito de existir e reconfigurar suas formas de vivência considerando o processo de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que marcaram a sociedade nas últimas décadas. Essa consciência de ser e estar no mundo pelos indígenas configura com o que tratamos por identidade, e no caso dos povos indígenas é preciso reconhecer a diversidade étnico-cultural e suas implicações na composição das múltiplas identidades indígenas.

Para Stuart Hall (2006), a identidade deve ser compreendida como um processo

contínuo e inacabado, pois ela muda pela forma como o sujeito é interpelado ou representado nas práticas culturais.

A cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma 'arqueologia'. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu 'trabalho produtivo'. Depende de um conhecimento de tradição enquanto 'o mesmo em mutação' e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse desvio através do passado faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas do que nós fazemos das tradições. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2003, p. 43)

Portanto buscou-se problematizar junto aos estudantes o movimento de (re) afirmação das múltiplas identidades indígenas após a década de 1970, com a organização do movimento indígena e o reconhecimento da existência dos diferentes grupos étnico-culturais, garantindo o direito à vida e fomentando políticas públicas que contribuam para dar positividade as histórias e culturas indígenas.

Para aprofundar essa problemática da questão da identidade indígena foram projetados dois vídeos. O primeiro "Identidade - Série Índios do Brasil" em que foi possível abordar a questão da identidade através de uma perspectiva sócio-histórica, compreendendo a constituição das identidades como uma construção histórica, onde o indivíduo se reconhece como participante de determinado grupo e que este também o reconhece como parte integrante. Já o segundo "Quem são eles?" problematiza a diversidade de povos indígenas no país, discutindo as representações sobre as formas de ser e viver destes povos pela ótica dos povos indígenas, destacando a importância da autoidentificação e da luta dos indígenas pelo reconhecimento e valorização da diferença.

Para contribuir nesta discussão considere pertinente a observação e compreensão das tabelas: "Dados demográficos da população indígena (1500-2010)<sup>5</sup>" e "Evolução do quadro populacional indígena em Santa Catarina (1951-2012)<sup>6</sup>", chamando a atenção dos estudantes sobre o crescimento populacional nas últimas décadas. O crescimento populacional não está atrelado apenas ao crescimento vegetativo decorrente do número de nascimentos e das políticas públicas que contribuíram para algumas melhorias na qualidade de vida dos indígenas.

O planejamento proposto para essa parte do trabalho é reconhecer a (re)afirmação das identidades indígenas, ou seja, o processo de aceitação e reconhecimento por parte das populações indígenas que se afirmam como tal, morando em aldeias ou fora delas, pois as identidades indígenas se reconfiguram num processo de trocas culturais, marcadas pelo hibridismo cultural decorrente do processo de circularidade da cultura no cotidiano dos

5 Disponível em: <[www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0](http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0)>. Acesso em: 20. ago. 2017.

6 Tabela disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-inc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>>. Acesso em: 16.nov. 2017.

sujeitos, marcado pelo fenômeno da tradução descrito por Stuart Hall.

Ao término dessa atividade, os estudantes escreveram narrativas abordando o crescimento da população indígena a partir da década de 1970 e a importância do movimento indígena e da CF/1988 no reconhecimento e valorização da(s) identidade(s) indígena(s). Para subsidiar o processo de escrita das narrativas, foi proposto o seguinte enunciado: “Elabore um texto apontando as principais causas do crescimento populacional dos povos indígenas no Brasil e em Santa Catarina a partir da década de 1970. Procure relacionar o crescimento populacional dos povos indígenas às discussões apresentadas nos vídeos “Identidade” e “Quem são eles?” e estabeleça relações com os dados demográficos apresentados nas tabelas.

Apartir das narrativas trazidas pelos estudantes foi construído um quadro, destacando as principais ideias históricas (representações) dos mesmos sobre a reafirmação da identidade indígena e o crescimento populacional, considerando a autoidentificação por parte daqueles que se reconhecem com as histórias e culturas dos povos originários.

Ideias históricas (Representações)	Nº de Alunos
A cor da pele/ raça/cultura e a definição da identidade	14
Identidade como construção histórica	06
Identidade como forma de pertencimento: aceitação/subjetividade	15
Relação do crescimento populacional ao reconhecimento da identidade	04
Influência do movimento indígena e da CF/1988 na reafirmação identitária	12

Quadro 2. A reafirmação da identidade e o crescimento da população indígena

Fonte: Elaborado pelo autor.

A leitura das narrativas possibilitou analisar as ideias históricas dos estudantes sobre os modos de ser e viver indígena, reconhecendo que houve mudanças significativas na forma de compreender o processo de formação da(s) identidade(s) indígena(s) desde as primeiras atividades, e pouco a pouco o “índio” imaginário descritos inicialmente nas representações do estudantes passou conviver com outros povos indígenas, identificando diferentes formas de ser indígena, reconhecendo a identidade como um processo dinâmico, reconstruída nas relações sociais.

Os estudantes perceberam que a identidade não é algo pronto e que está relacionado à ideia de pertencimento e aceitação, cabendo ao indivíduo percebe-se como integrante de um determinado grupo e que no interior desse grupo também não há unidade, pois os valores se alteram dentro e fora do grupo social no decorrer do tempo em contato com outros povos e culturas. Corroborando com esse argumento o estudante pontuou que “a gente não pode dar uma identidade a outra pessoa, a gente tem que se auto identificar” (Estudante 21).

Nas narrativas, essa ideia predominou nas ideias históricas dos estudantes, que consideraram o papel da subjetividade na construção da identidade, considerando que as escolhas são pessoais, mas estão ligadas ao contexto social, que influência nas escolhas e posicionamentos dos sujeitos.

A identidade indígena, branca ou parda não deve ser julgada ou ninguém deve falar qual a sua identidade, ela tem que vir do aceitação e da sua verdadeira personalidade, a pessoa tem que saber e ter sua identidade, só assim eles podem se aceitar da maneira que são (Estudante 10).

A narrativa ao tratar da identidade indígena fez referência à questão étnico-racial, na qual as ideias históricas dos estudantes se contrapõem ao fator biológico, argumentando que a cor da pele e outros caracteres biológicos não definem a identidade de alguém, nem mesmo a procedência territorial como no caso dos imigrantes, chamando a atenção para o fator político na constituição das identidades, sendo fruto das escolhas pessoais, negociadas nas possibilidades ofertadas no meio social. “Nós não podemos dar identidade para ninguém. Não podemos dizer se eles são brancos, pretos ou pardos, eles têm que se autoidentificar” (Estudante 8).

Esse argumento esteve bastante em evidência nas narrativas, e a escrita dos estudantes fundamentou-se nas discussões sobre identidade indígena problematizadas pelos vídeos apresentados. Assim, a maioria das narrativas seguiu a ideia discutida, na qual afirmou que é preciso tomar cuidado para não cair nas armadilhas da Biologia ao tratar da identidade. “Uma pessoa não pode dizer se alguém é indígena ou não, quem define a identidade de alguém é a própria pessoa, se ela é parda, negra, branca, alemã, italiana” (Estudante 16).

Deixando para trás esse conceito superado da biologia com foco na racialização os critérios mais utilizados para definir a identidade foi o da aceitação e da subjetividade, considerando como já tratado anteriormente como posicionamento político, marcados pelas escolhas individuais e coletivas, em constante processo de tensões e conflitos. Além disso, é preciso considerar a influência das histórias e das disputas de memórias na constituição da(s) identidade(s), pois a ligação com acontecimentos passados e a forma como eles são acessados definem a posição dos sujeitos no presente.

Nesse sentido, o estudante se posicionou, se incluindo na narrativa afirmando que a identidade é permeada por escolhas políticas tomadas a partir de um determinado conhecimento histórico sobre a trajetória familiar. “Nós não podemos dar identidade a ninguém. Cada pessoa tem que se autoidentificar. Eu quem digo qual minha origem, minha ascendência. Não posso chegar denominando ninguém, sem saber quem ele realmente é, de onde veio” (Estudante 15). Outro estudante reafirma a posição trazida por este, afirmando que “cada um define o que é, qual sua origem, sua cultura e sua identidade, não podemos chegar a ninguém dizendo quem ela é, sem saber a real origem” (Estudante 12).

Um fato interessante acerca da diversidade étnico-cultural indígena foi levantado

por um estudante que reconheceu que existem vários povos indígenas e que é necessário reconhecer as diferentes formas de ser e viver indígena, o que caracteriza as múltiplas formas de identidade, ou seja, a forma como se veem e se reconhecem são múltiplas, embora, às vezes, na sua multiplicidade se apresente coletivamente com elementos simbólicos, como um cocar, pintura corporal para reivindicar ou manter direitos conquistados com muita luta. “Os povos indígenas no Brasil são vários. Cada povo tem sua identidade e só ele pode dizer se é ou não de alguma etnia, não podemos olhar e dizer quem ela é” (Estudante 9).

A questão solicitada na narrativa para que os estudantes relacionassem à influência do movimento indígena e da homologação dos direitos indígenas na CF/1988 com a (re) afirmação da identidade indígena foi tratada de forma significativa, sendo que um terço das narrativas apontou para isto.

O movimento indígena surgiu antes da CF/1988. Os povos indígenas começaram a se assumir, porque já tinham mais direitos, assim eles começaram a perceber que ser indígena não tinha problema, todos somos diferentes. Antes eles meio que omitiam sua identidade (Estudante 21).

Nesse caso, o estudante percebe a influência do movimento indígena na conquista dos direitos indígenas, entre eles o direito e o respeito às diferenças. Afirma ainda que a partir desse movimento de luta e reivindicação houve uma mudança na forma da sociedade ver o indígena e o próprio indígena se vê. Reconhece a importância do movimento indígena no reconhecimento da(s) identidade(s) indígena(s). Outro estudante argumenta apoiando a ideia anterior,

É foi com o movimento indígena que os povos indígenas foram atrás dos seus direitos. Eles começaram a assumir que eram indígenas de diferentes grupos: krenak, Pataxó, Xavante, Guarani, etc. Antes eles não se aceitavam, eles queriam ser brancos, depois eles assumiram e foi colocado na constituição” (Estudante 18).

A visibilidade dos povos indígenas, a partir do movimento indígena articulado por lideranças indígenas e por organizações sociais e religiosas, a partir da década de 1970 trouxeram para a discussão a política indigenista no Brasil, avançando na questão do reconhecimento a diversidade, contrariando a ideia de integração dos povos indígenas a sociedade, tendo como preço a negação da existência de sujeitos e das memórias dos povos originários que mesmo condenados pelo governo e pela sociedade como povos em extinção, mostraram a diversidade étnico-cultural e o crescimento populacional a partir do movimento de (re)afirmação identitária, advindo das conquistas políticas e sociais, perceptíveis nas políticas de ação afirmativas.

A percepção do crescimento populacional indígena relacionado ao movimento indígena e a conquista de direitos da CF/1988 na reafirmação e positividade da(s) identidade(s) indígena(s) foram pouco citadas e problematizadas pelos estudantes, sendo que apenas quatro fizeram referência a essa exigência.

Não podemos dizer quem é indígena e quem não é. Primeiramente eles têm que se aceitar. Antigamente eles diziam não ser indígena e sim, pardo, eles não tinham direitos, não tinham ninguém que ajudavam eles. Aconteceu o movimento indígena na década de 1970, eles foram atrás dos seus direitos e começaram a se aceitar, indo se integrando na sociedade com suas culturas e crenças. Com a CF/1988 os indígenas garantiram seus direitos, começaram a se aceitar indígena e o número foi crescendo (Estudante 17).

Outro estudante também problematizou essa questão fazendo referência ao momento da conquista entre europeus e indígenas em 1500 e em seguida em sua narrativa pontuou de forma superficial a política indigenista de integração defendida até a década de 1950 e as mudanças a partir desse momento onde as discussões sobre o direito a diferença começou a fazer parte dos estudos antropológicos.

Desde 1500, com a chegada dos europeus, os povos indígenas foram perdendo a sua identidade. Os brancos os ignoravam e os matavam. Até a década de 1950 eles estavam desaparecendo, mas a partir daí eles foram crescendo, pois foram atrás dos seus direitos, começaram tentar mostrar que eles eram diferentes, mas também eram humanos. Os povos se juntaram e fizeram o movimento indígena, levando até a constituição federal de 1988, onde ganharam os seus direitos, assim os povos começaram a crescer e mostraram o seu valor (Estudante 20).

O conhecimento da diversidade étnico-cultural indígena e o direito às diferentes formas de manifestações culturais conquistadas e garantidas pela CF/1988 romperam de certa forma algumas barreiras para compreensão da(s) identidade(s) indígena(s) e as narrativas dos estudantes dialogaram com suas vivências, pois tiveram durante esse período contato com a comunidade indígena guarani Tekoa Vy'a (Aldeia Feliz) em Major Gercino/SC, evidenciando novos olhares para com a diferença, construídos na relação de dois mundos, ao mesmo tempo distante, mas também com aproximações e contatos diários na vida da comunidade na qual a escola está inserida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A problematização sobre a (re)afirmação das identidade(s) indígena(s) a partir das ferramentas pedagógicas utilizadas em sala de aula trouxeram novos elementos, para discutir e contribuir para a construção de novas representações sobre as histórias e culturas indígenas, ultrapassando a ideia da “verdadeira cultura”, que nega aos povos indígenas o direito de apropriarem-se de artefatos que não são marcadores culturais da cultura tradicional dos povos indígenas, percebendo que a hibridização cultural leva a ressignificação das culturas envolvidas em um mesmo processo, deslocando o olhar da ideia de aculturação ou da perda de identidade (PIMENTEL, 2012).

Assim, o olhar criterioso do docente na seleção e problematização de ferramentas pedagógicas corrobora para o encontro com o Outro na perspectiva da diferença, nos colocado numa situação de estranhamento para reconhecer a riqueza da diversidade,

promovendo experiências que nos aproximem naquilo que temos de mais comum, a nossa humanidade.

Finalizamos apontando que essa proposição didática tratando da temática indígena provocou inquietações, mexeu com as representações e propôs aos estudantes ressignificar suas experiências no diálogo com a alteridade, levando-os a instigarem quem seria o diferente quando colocado frente a frente? Seria o Outro ou seríamos Nós? O exercício de educar o olhar para o reconhecimento da diversidade étnico-cultural indígena constitui-se uma provocação na aplicabilidade da Lei 11.645/2008, fomentando a utilização de novas lentes para desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso: 15.mar.2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União. Brasília, 2004. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil/\\_03/ato2004-2006/2004decreto/d5051.htm](http://planalto.gov.br/ccivil/_03/ato2004-2006/2004decreto/d5051.htm) Acesso: 15.mar. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, 2008. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil/\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://planalto.gov.br/ccivil/_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm) Acesso: 15.mar.2018.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)**, Manaus, n. 1, p. 17-33, set./2000.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3AMonteiro-2001/Monteiro\\_2001\\_Tupis\\_tapuias\\_historiadores.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3AMonteiro-2001/Monteiro_2001_Tupis_tapuias_historiadores.pdf) Acesso em: 10.set.2017.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Edições Paulinas, 2012.

PIMENTEL, Spensy. **O índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas**. São Paulo: Prumo, 2012.

**A**

Acessibilidade 39, 45, 46, 48, 49, 67, 68

Adolescência 75, 77, 82, 114, 115, 118, 128, 129, 130, 131, 133

Adultos 116

Ambiental 15, 18, 22, 23, 25, 27, 28, 54, 57, 58, 59, 62, 63, 88, 105, 106, 109, 112, 165, 183

Análise 6, 11, 12, 32, 33, 34, 40, 54, 64, 66, 69, 71, 73, 74, 78, 79, 93, 94, 98, 103, 104, 111, 123, 124, 129, 130, 132, 138, 139, 155, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 174, 175, 178

Aprendizagem 2, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 62, 67, 69, 72, 73, 77, 89, 94, 97, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 119, 126, 137, 139, 143, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183

Atividades 31, 32, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 47, 49, 54, 67, 87, 88, 89, 94, 98, 104, 107, 108, 109, 112, 122, 125, 127, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 144, 159, 165, 178, 179, 180

Aula 3, 6, 10, 13, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 54, 55, 56, 57, 59, 62, 65, 69, 70, 73, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 122, 136, 137, 139, 144, 162

Avaliação 31, 67, 98, 110

**B**

Brasil 8, 9, 12, 14, 30, 31, 34, 45, 46, 47, 49, 52, 57, 58, 63, 66, 67, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 90, 106, 109, 112, 115, 117, 131, 132, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 154, 156, 158, 159, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 177

**C**

Cidadania 3, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 73, 97, 103, 164, 165, 167

Ciência 53, 54, 55, 56, 63, 94, 109, 110, 112, 137, 139

Covid-19 31, 33

Crianças 8, 11, 43, 66, 72, 87, 88, 89, 108, 109, 111, 112, 131, 133, 144, 171, 173, 178, 181

Cultura 2, 6, 10, 11, 12, 13, 26, 29, 47, 48, 49, 54, 66, 70, 72, 107, 108, 110, 112, 113, 115, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 148, 151, 156, 158, 159, 160, 162, 167, 169

Cultural 5, 15, 21, 38, 51, 66, 71, 109, 129, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 181

**D**

Desenvolvimento 3, 11, 30, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 54, 55, 61, 63, 65, 66, 68, 73, 76, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 143, 144, 145, 164, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183

Docente 2, 34, 54, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 142, 145, 146, 162

**E**

Educação 3, 12, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 164, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 182, 183

Educação básica 35, 36, 40, 42, 47, 65, 68, 84, 103, 131, 148, 165, 173

Ensino 1, 2, 3, 10, 11, 12, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 81, 82, 89, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 118, 119, 121, 124, 127, 129, 136, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 149, 164, 167, 173, 174, 176, 177, 183

Ensino superior 31, 69, 71, 81

Escola 3, 6, 11, 38, 40, 41, 42, 50, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 79, 81, 83, 84, 95, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 132, 135, 136, 140, 143, 144, 149, 151, 162, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Estudantes 31, 35, 37, 38, 41, 42, 45, 47, 48, 50, 51, 60, 62, 66, 70, 81, 82, 83, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 140, 146, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 173, 176, 177, 178

**F**

Família 52, 71, 81, 107, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 145

Federal 13, 14, 43, 67, 84, 85, 86, 87, 90, 135, 148, 149, 150, 151, 157, 162, 163, 164, 171, 183

Formação 2, 13, 36, 38, 47, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 84, 93, 98, 100, 103, 104, 107, 109, 110, 111, 144, 145, 147, 148, 149, 158, 159, 165, 166, 167, 170, 173, 174, 176, 177, 179, 181, 182

**G**

Gestão 119, 142, 145, 180

**I**

Identidade 58, 66, 69, 72, 74, 76, 133, 144, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Inclusão 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 56, 57, 71, 72, 73, 78, 79, 104, 109, 110, 144, 150, 153, 166

Indígenas 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163

Infantil 3, 8, 12, 26, 40, 59, 172, 183

**L**

Leitura 1, 2, 3, 4, 5, 11, 12, 36, 37, 39, 48, 50, 66, 98, 100, 108, 138, 139, 150, 159, 165, 166, 169, 174

Libras 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74

Licenciatura 67, 69, 135, 164, 165, 166, 175

**M**

Metodologia 1, 32, 40, 48, 55, 74, 77, 78, 98, 128, 138, 139, 140, 141, 148, 149, 171, 172, 173, 176, 178, 179, 180, 181

**N**

Narrativas 2, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 159, 160, 161, 162

Necessidade 32, 34, 41, 42, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 59, 60, 62, 64, 65, 69, 70, 73, 76, 77, 81, 93, 101, 103, 106, 111, 118, 123, 137, 142, 143, 144, 150, 151, 153, 155, 164, 165, 177, 179, 180

**P**

Pedagogia 30, 55, 63, 94, 101, 107, 111, 113, 165, 183

Período 27, 32, 55, 76, 78, 108, 118, 122, 128, 151, 162, 172, 178, 180

Possibilidade 4, 51, 52, 77, 92, 95, 101, 110, 123, 143, 147, 168, 177

Povos 10, 136, 137, 138, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163

Práticas 1, 3, 5, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 47, 54, 57, 59, 60, 62, 69, 70, 71, 75, 77, 82, 98, 108, 111, 112, 117, 118, 125, 127, 128, 130, 131, 136, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 158, 178, 179, 180, 181, 183

Problemas 12, 15, 17, 22, 23, 24, 27, 31, 34, 36, 60, 93, 95, 109, 117, 118, 125,

131, 132, 137, 167, 170, 181

Professores 13, 31, 33, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 104, 105, 115, 116, 118, 119, 120, 125, 126, 127, 129, 130, 144, 165, 166, 167, 174, 178, 182

## S

Saúde 32, 36, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 57, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 90, 105, 109, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 126, 128, 129, 131, 132, 143, 170, 171, 172, 175, 180

Sociedade 5, 39, 41, 42, 43, 49, 56, 58, 60, 61, 62, 66, 67, 71, 72, 93, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 165

## T

Tecnologias 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 97

Trabalho 2, 3, 4, 6, 10, 11, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 54, 56, 57, 64, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 81, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 101, 103, 107, 110, 111, 113, 115, 123, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 151, 158, 163, 166, 167, 174, 177, 178

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Políticas educacionais e  
o saber e o fazer educativos

 **Atena**  
Editora  
Ano 2023

**2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Políticas educacionais e  
o saber e o fazer educativos